

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 083

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 338/99.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1560A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 223/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje por 03 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de pesar a família do Sr. Antonio João Pazim pelo seu falecimento ocorrido no ultimo dia 05 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Antonio João Pazim, nascido em 8 de outubro de 1940, na cidade de Bituruna-PR, mudou-se para Bom Sucesso do Sul em 1952 onde passou a juventude trabalhando na agricultura. Casou-se com Dona Libera em 1962 e desta união tiveram três filhos: Rosiclei, Antonio Luiz, Rosana Cristina. Homem simples, mas de bom coração, batalhador, trabalhou incansavelmente na Comunidade, sendo por duas vezes presidente da paróquia. Em 1974 trabalhou na construção da igreja, deixando muitas vezes seus próprios afazeres para o bom andamento

dos trabalhos. Com sua fé, força e trabalho soube enfrentar todas as dificuldades dando-nos bom exemplos de trabalhos comunitários e companheirismo. Grande animador da liturgia, não medindo esforços em ensaios de cantos, missas, organização de festas da paróquia. Sendo que em todos estes anos de trabalho comunitário sempre contou com o apoio de muitos amigos e de sua família. Especialmente de sua esposa Libera que sempre soube dar apoio necessário nos momentos decisivos.

Toni, como era conhecido por todos, com sua partida, deixa saudades a sua família, parentes, amigos e a esta Comunidade. Ele nos deixa o exemplo de vida e de trabalho que sempre ficará em nosso meio.

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações à Direção e Funcionários do Periódico Semanário "Curitiba Metrópole", pela passagem do 5º aniversário de sua fundação, o qual ocorrerá no dia 06 de julho de 1999, nesta Capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar a Direção atuante do Jornal "Curitiba Metrópole" e a todos os seus funcionários, que em todos esses cinco anos de vida, estiveram presentes na vida de todos nós, trazendo as notícias que nos cercavam, quer seja aspecto político, social, econômico e esportivo, tendo sempre a verdade como seu grande instrumento de comunicação.

Seu grande mérito tem sido alcançar um segmento mais popular dos leitores, com sua linguagem simples e direta, atingiu expressiva circulação semanal em Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ambrósio Dubena e Tereza Dubena, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais

forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1523

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Alberquino Lopes da Silva e Corina Francisquini Lopes, que completou 60 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Leopoldo e Ana Lori Alves, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que

possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Clarindo Malagutti e Zita Carmona Malagutti, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente e Estefânia Jatzak, que completou 59 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Bôrtolo João Zancam e Irena Zancam, que completou 60 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria do Lions Clube de Curitiba Gama (Rua Padre Camargo, 453, Alto da Glória, Curitiba), pela sua posse, em data de 28 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse, em data de 28 de junho do corrente, a nova Diretoria do Lions Clube de Curitiba Gama. Eleita para o período Leonístico de julho de 1999 a junho de 2000, a nova diretoria zelará pelo progresso do Clube e o cumprimento de seus objetivos.

Como sabemos, o Lions Clube de Curitiba Gama vem desenvolvendo um importante trabalho dentro de nossa comunidade, mais especificamente na área social.

A nova Diretoria ficou assim composta: Tânia Leal Guerino e Ymara Righetto, Vogais e membros ativos da Diretoria; Eliane Ordine Skorobot e Maria Bernadete Bandeira de Oliveira, Vogais e membros ativos da Diretoria; Odete Zagonel Blitzkow, Presidente da Comissão de Sócias; Nádia Tonourí Guerino e Tânia Mara Ribas, Diretoras da Comissão

de Sócias; Neide Terezinha Correia de Freitas e Sonie Buscarons, Diretoras Animadoras; Wilma Lucia Soares Ribas e Carmem Mendes dos Santos, Diretora Social; Ana Maria de Castro Volpato e Doris Faria de Almeida, Primeira e Segunda tesoureiras; Dalva Silveirareis e Selma Regina Cordeiro, Primeira e Segunda Secretárias do Clube; Leila Maia da Nova Telles, Maria de Lourdes Hakim e Rachel Reginato Rodrigues, Primeira, Segunda e Terceira vice-Presidentes.

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria do Lions Clube de Curitiba Batel (Rua Euclides da Cunha, 1560, ap.231, Bigorrrilho, Curitiba), pela sua posse, em data de 23 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse, em data de 23 de junho do corrente, a nova Diretoria do Lions Clube de Curitiba Batel. Eleita para o período 1999/2000, a nova diretoria zelará pelo progresso do Clube e o cumprimento de seus objetivos.

Como sabemos, o Lions Clube de Curitiba Batel vem desenvolvendo um importante trabalho dentro de nossa comunidade, mais especificamente na área social.

A nova Diretoria ficou assim composta: Presidente, Osmar de Araújo Gomes; Past Presidente, Francisco Brito Sobrinho; 1º vice-Presidente, Roberto Pizzatto; 2º vice-Presidente, Luiz Áureo de Araújo Perpétuo; 3º vice-Presidente, José Francisco Marconi; 1º Secretário, Vilma Régia Ramos Rezende; 2º Secretário, Reynaldo Eichholz Júnior; 1º Tesoureiro, Joviano Nóbrega; 2º Tesoureiro, Josmar José dos Santos; Diretor Social, Leocir Gehlen; Diretor Animador, Dirceu Werneck de Capistrano; Vogal por 2 anos, Therezinha Ivetemion; Vogal por 2 anos, Newton Carvalho Santos; Vogal por 1 ano, Gilberto Guimarães Monastier; Vogal por 1 ano, Liu Un Rigo.

Comissão de Sócios: Presidente, Toitiro Nita; Membro, Dinorá de Almeida Picaz; Membro, Francisco Prólico.

À nova diretoria eleita, desejamos muito sucesso. Receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Movimento Cívico Renovador (Sra. Clotilde Cravo, Rua XV de novembro, 1630, Ap. 41, Ctba), pelas comemorações alusivas à passagem dos 500 anos do Brasil.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Cívico Renovador, fundado em 28 de outubro de 1993, visando identificar-se com uma sociedade civil sem fins lucrativos, nem objetivos político-partidários, tem como finalidade específica conscientizar os brasileiros em geral para, através da ação, reivindicarem e exercitem seus direitos de cidadania.

Busca que colaborem ativamente na vida nacional, contribuindo para a elevação cívico cultural, visando a integração no processo sócio-econômico do país, preparando-se e adaptando-se ao mundo em que se move, a caminho do ano 2.000.

Tendo em vista a proximidade das comemorações dos "500 anos do Descobrimento do Brasil", o Movimento Cívico Renovador, MCR, elaborou uma proposta, onde buscando parcerias, apoios, patrocínios e colaborações, está executando uma série de eventos comemorativos da tão significativa data para a nossa nação.

Dentro desta programação, foi realizado no ultimo Domingo (27/06/99) um Passeio Ciclístico, saindo da Praça Tiradentes e chegando ao Parque Barigüi. O evento contou com a participação de 500 alunos e teve parceria do Colégio Estadual do Paraná e do Núcleo de Educação de Curitiba.

Com camisetas brancas ou coloridas com o slogan "Juventude, abraça tua Pátria", os alunos de diversas escolas da nossa Capital, junto com professores, a equipe do MCR e demais participantes fizeram este passeio cívico, acompanhados por caminhão de som e onde foram distribuídos balões.

Integram o Movimento Cívico Renovador:

- Clotilde de Quadros Cravo - Presidente
- Mariza Soares de Azevedo - 1ª vice-Presidente

dente

- Aldacy Capaverde - 2ª vice-Presidente
- Ana Giacomazzi - membro
- André Lino Greca - membro
- Clarice Antoniacomi - membro

Pela importância deste Movimento, que está resgatando o amor dos nossos jovens pela Pátria, pela iniciativa dos eventos comemorativos aos "500 anos do Brasil", receba o Movimento Cívico Renovador, na pessoa de sua Presidente, Sra. Clotilde de Quadros Cravo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio (Rua Konrad Adenauer, 1166, Tarumã, Ctb.), pela comemoração da passagem de seus 120 anos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 30 de junho de 1999 (hoje) o Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio está comemorando 120 anos. Criado pela Lei nº 522 de 1879, assinada pelo então Presidente da Província do Paraná, Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, naquela ocasião era Presidente do Corpo Policial o Ten. Cel. Manoel Eufrásio D'Assunção.

Em 28 de agosto do mesmo ano a Seção de Cavalaria contava com seis cavalos e em 1891 o Coronel Roberto Ferreira, Governador do Estado, deu as características de uma organização militar ao Corpo Policial, que passou a denominar-se Corpo Militar de Polícia e, posteriormente Regimento de Segurança, composto de quatro companhias de infantaria e de um esquadrão de cavalaria, sendo que o esquadrão ficou com um efetivo de 70 homens, comandados por um Capitão.

Esquadrão foi o nome mais consagrado por aquela cavalaria e foi conservado por mais de 60 anos, porém outros nomes foram adotados: Regimento de Cavalaria, Corpo de Polícia Montada (hipomotorizada) e Corpo de Polícia Montada.

Em 27 de junho de 1968, o Corpo de Polícia Montada passou a denominar-se Regimento Coronel Dulcídio, como merecida homenagem à figura do Cel. Cândido Dulcídio Pereira, oficial de cavalaria do Exército que, no comando do Regimento de Segurança, tombou em pleno combate, durante o memorável Cerco da Lapa, em 08 de fevereiro de 1894.

A cavalaria participou de todos os combates pela Força Pública, tais como:

- Revolução Federalista (1893 a 1894) cujo principal episódio foi o Cerco da Lapa;
- Campanha do Contestado (1912 a 1915) cujo principal episódio foi o Combate do Irani, onde tombou o Coronel João Gualberto e dois terços da tropa;

- Revolução de 1924;
- Revolução de 1930;
- Revolução Constitucionalista.

Todas as unidades e demais órgãos da Corporação sempre estiveram instalados no quartel central e em 1963 tiveram início as obras de construção do quartel próprio. Em 30 de agosto de 1966 deu-se a transferência definitiva do regimento Coronel

Dulcídio para o Tarumã, numa área de 5.500m², num terreno de 53.822m².

O Regimento Coronel Dulcídio conta hoje com quatro Esquadrões de Polícia Militar, sendo apenas o 1º Esquadrão Montado, e os demais rádio motorizados.

A responsabilidade territorial desta unidade operacional perfaz 22 bairros da região leste de Curitiba, com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes.

No regimento é desenvolvido o Programa Social "Formando Cidadão", que consiste em reintegrar adolescentes à sociedade e a família, ensinando-lhes também um ofício. Este programa é pioneiro e deu origem a vários outros no Paraná. É executado em parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Associação Comercial do Paraná. Outro projeto desenvolvido é o "Criança em Segurança" que consiste em retirar adolescentes de situações de risco e levá-los ao quartel onde aprendem noções de higiene, tem refeição adequada e participam de esportes e lazer. Este projeto é desenvolvido em parceria do Governo do Estado, Polícia Militar e Prefeitura Municipal de Curitiba. O regimento realiza ainda, Hipoterapia para crianças portadoras de Síndrome de Down e Autistas, facilitando-lhes o progresso mental. Isso tudo demonstra claramente que o Regimento Coronel Dulcídio, consciente de sua função, está fazendo muito pela nossa comunidade com ações de cunho social.

Pela comemoração de seus 120 anos, receba o Regimento Coronel Dulcídio, na pessoa de seu Comandante, ten. Cel. Antonio Carlos de Paula Ribas, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Associação Comercial do Paraná, alusivos aos seus 109 anos, que ocorrerá no próximo dia 01 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Jonel Chede, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de novembro, nº 621, CEP 80020-925, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a

Sociedade Giu-seppe Garibaldi, alusivos aos seus 116 anos de fundação, que ocorrerá no próximo dia 01 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Wladimir Trombini, através de correspondência a ser encaminhada a Pça. Garibaldi, nº 12, CEP 80510-210, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Diretoria da SETCEPAR, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Paraná, alusivos aos seu aniversário de 56 anos de fundação.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Sr. Rui Cichella, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Almirante Gonçalves, nº 1966, CEP 80250-150, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias, alusivos a realização do Evento Gastronômico Macarrão Gourmet Fashion, realizado em 29 de junho ultimo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Sr. Nicolau Abagge, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Munhoz da Rocha, nº 1146, CEP 80035-000, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Comissão de Neuropediatria da associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, UFPR, alusivos a inauguração do Centro de Neuropediatria, ocorrida no ultimo dia 29 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Comissão de Neuropediatria da associação dos amigos do Hospital de Clínicas, UFPR Lúcia Durães Canete, através de correspondência a

ser encaminhada a Rua Floriano Essenfelder, nº 81, CEP 80060-270, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão hoje, voto de congratulações ao Tenente Coronel QOPM Luiz Alberto Gonçalves Ekermann, alusivos aos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, no exercício do cargo de Comandante do Batalhão de Polícia Florestal da Polícia Militar do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 1401, CEP: 80230-110, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Tenente Coronel Jamil Rodrigues de Mello, alusivos a sua posse no Comando do Batalhão de Polícia do Estado do Paraná, que ocorrerá no dia 05 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 1401, CEP: 80230-110, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Cel. QOBM Renê Roberto Witek, alusivos a sua posse no cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, a ser realizada no dia 2 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nunes Machado, nº 100, CEP: 80250-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Cel. QOBM José Renato Nogaroli, alusivos aos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, no exercício do cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Nunes Machado, nº 100, Centro, CEP: 80250-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, alusivos ao Dia Nacional do Bombeiro, a ser comemorado no dia 2 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Corporação homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nunes Machado, nº 100, CEP: 80250-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital de Clínicas da UFPR, alusivos a inauguração do Centro de Neuropediatria, ocorrida em 29 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Geral do HC, Dr. Mitsuru Miyaki, através de correspondência a ser encaminhada à Rua General Carneiro, nº 181, CEP: 80060-150, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), solicitando reformas das carteiras e das salas de aula da Escola Estadual Capitão Heitor

Mendes, no Distrito de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando agilização na liberação dos recursos do Programa "Paraná 12 Meses" para o Município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando agilização na liberação dos recursos do Programa "Paraná 12 Meses" para o Município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado da Saúde, a implantação de um gabinete oftalmológico no Posto de Saúde da sede do Município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de São Pedro do Iguaçu possuir atualmente 7.323 habitantes. Por inexistência de equipamentos utilitários para o desenvolvimento dos trabalhos dos médicos inerentes ao tratamento das infecções oculares, a permanência desses profissionais no município acaba se inviabilizando. Devido a estas inconveniências, os munícipes, quando necessitam de oftalmologista, são obrigados a se locomover até as cidades vizinhas, com distâncias que variam de 30 a 60 quilômetros.

REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário Especial para Assuntos da Previdência,

Renato Folador Junior, solicitando atenção especial para o caso PARANAPREVIDENCIA.

Sabemos que a crise pela qual o país passa, afeta também os professores do Estado do Paraná, sendo este desconto um valor significativo para a classe.

Segue em anexo, um abaixo assinado de professores ativos e aposentados da Região de Ponta Grossa e Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Osvaldo de Almeida, residente à Rua Guilherme Grabowski, nº 23, Bairro Tanguá, que pede um redutor de velocidade na Rua Profº Alberto Krause, em frente ao nº 14. Nesta rua está sendo implantado o anti-pó e como as pessoas, principalmente crianças, andam na beirada da rua, há o perigo de serem atropeladas devido a velocidade desenvolvida pelos veículos. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 338-2937.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Vilma Belo, residente à Rua José Dunainski nº 936, Jardim Paraíso, que pede a troca de várias lâmpadas queimadas em toda a extensão desta rua. Afirma ela que o pedido já foi feito há 03 (três) anos atrás e infelizmente até a presente data não atendido. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-2110, Ramal 30.

Sala das Sessões, 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de retificar o pedido da Sra. Edna Portela, feito através de nosso Requerimento LCM/AL/

17.769/99 datado de 24.05 do corrente, a qual pedia providências quanto a falta de iluminação pública no Lote 61 da Quadra 29 sito à Rua Uruguai - Jardim Nereidas. O endereço correto é Lote 29 da Quadra 61.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Bernardina Kruzinski, residente à Rua Rio Trombetas, nº 418, Bairro Weisópolis, que pede a troca de 01 (uma) lâmpada queimada há 03 (três) meses, do poste existente em frente a sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 867-5655.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1531

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Quatro Barras, no sentido de atender o pedido da Sra. Silvana Dias de Araújo, residente à Rua 12 de Outubro nº 624, Jardim Menino de Deus, a qual solicita a troca de lâmpada do poste existente nesta rua, esquina com a Rua Santa Catarina. À noite o local fica muito escuro oferecendo riscos de assaltos aos moradores.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1532

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Municipal Jardim Alvorada, os quais solicitam reparos nesta escola, tendo em vista que as madeiras da mesma estão podres. Esses pais fazem tal pedido pois temem pelo risco de acidente, tais como desabamento, que podem ocorrer.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1533

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Loteamento Iguaçu I e II, Moradias Itiberê e Jardim Centauro - Bairro Uberaba. Os moradores estão apavorados pois há mais ou menos (07) meses atrás uma área existente ao lado da linha do trem foi invadida e a partir daí começaram os assaltos e roubos nas residências, mortes por causa de drogas, assaltos aos ônibus e também no Projeto Piá. Eles não dormem mais porque os ladrões entram nas residências pelos telhados. A polícia faz uma ronda nas redondezas, porém quando são chamados devido alguma ocorrência na invasão, não vêm porque têm que enfrentar bandidos, inclusive alguns do Rio de Janeiro. A população pede providências que eliminem os problemas acima citados e que proporcionem segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria de Lourdes Faust, residente nesta Capital, e que, em nome dos moradores da Av. Icaraí, Balneário Shangrilá, pede benfeitorias nessa avenida com a Rua São Francisco, devido a mesma encontrar-se intransitável. É necessário a colocação de manilhas para escoamento das águas pluviais. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente pelo telefone (041) 338-2134.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ney Leprevost Neto, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a previsão da liberação dos recursos orçamentários para a conclusão do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, solicitando que seja firmado convênio entre a mencionada Secretaria e o Município de Foz do Iguaçu, com objetivo de implantação da Defensoria Pública.

Tal proposta visa aprimorar o atendimento à população, conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Procuradoria Geral do Município, através dos Ofícios nºs 063/99 e 073/99 anexos.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cassio Taniguchi, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando informações sobre a quantidade de agentes de Trânsito que foram demitidos a bem do serviço público por aplicação de multa indevida.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista matéria veiculada no Jornal do Estado do Paraná, no dia 30 de junho do corrente, a Diretoria de Trânsito de Curitiba, DIRETRAN, acatou recursos e cancelou 30% das multas.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Sr. Cassio Taniguchi, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, Palácio 29 de Março, Centro Cívico, CEP 80530-908, Curitiba, PR.

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, solicitando a realização de auditoria daquele órgão no Município de Mandrituba, para apurar possíveis irregularidades na administração municipal, especialmente a situação de funcionários e a sua lotação, externa e internamente.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exa. Sra. Alcyone Vasconcelos Saliba, Mui Digna Secretária de Estado da Educação, solicitando listagens das APMs habilitadas a receber recursos do PROEM na Cidade de Foz do Iguaçu.

Requer ainda informações sobre os documentos necessários para a devida habilitação.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), solicitando informações sobre o convênio firmado com a Associação de Pais e Mestres da Escola Olavo Bilac, do Município de Medianeira, sob o protocolo nº 3590903, bem como informações sobre a contrapartida, protocolada sob o nº 3607791-3.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ADEMIR BIER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 374/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria da Segurança Pública do Estado, consoante a Lei Federal nº 9.437/97, a permitir policiais civis e militares portarem armas de calibre de uso restrito.

Art. 2º - As armas de que trata a presente lei ficam sujeitas ao controle interno das corporações policiais e serão consideradas equipamentos de uso pessoal do policial, não podendo ser transferidas a civis não-policiais, exceto nos termos da Lei Federal nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, e do Decreto nº 2.222, de 08 de maio de 1997, e demais regulamentações pertinentes.

Art. 3º - Qualquer ocorrência envolvendo policial civil e militar, cujo fulcro gire em torno do emprego de armamento de uso restrito, terá uma das vias de competente comunicação de ocorrência remetida à respectiva Corregedoria, para exame, face à legislação regulamentadora em vigor.

Art. 4º - Os delegados de polícia e os oficiais de polícia militar são responsáveis pelo emprego criterioso e tecnicamente correto, por seus subordinados, do armamento ora admitido como convencional para as corporações policiais do Estado, devendo intensificar a instrução de armamento e tiro dos efetivos lotados órgãos e unidades operacionais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o crescimento ofensivo dos delinquentes e a disponibilidade clandestina de armas de grosso calibre, faz-se necessário equipar policiais civis e militares do Estado do Paraná, com armamento compatível às ações que devem empreender em suas missões específicas na defesa da sociedade.

Porém, a aquisição deste equipamento, far-se-à com a anuência do Ministério do Exército, consoante prevê as Legislações Federais em vigor.

PROJETO DE LEI Nº 375/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Peão de Rodeio de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Peão de Rodeio de Campo Mourão foi fundado em 18 de abril de 1996. Entidade de direito civil sem fins lucrativos, procura através de atividades folclóricas, culturais e filantrópicas colaborar com o avanço social da comunidade de Campo Mourão e região.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 376/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual

Francisco Ramos, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, entidade de direito civil sem fins lucrativos, tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 377/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Itapejara D'Oeste o lote de terreno registrado sob o nº 7.093, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco-PR, denominada chácara nº 21-A, situada na Cidade de Itapejara D'Oeste, numa área total de 10.000 (dez mil) metros quadrados, confrontando: Ao Norte: por linha seca, com 100,00m, com a chácara nº 18; Ao Sul: por linha seca, com 100,00m, com a chácara 21; A Leste: por linha seca, com as chácaras nº 19 e 20; e ao Oeste: por linha seca, com 100,00m, com a chácara nº 21.

Art. 2º - A área à que se refere o artigo 1º, será utilizada pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, para a construção de moradias destinadas a famílias carentes do município.

Parágrafo Único - A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele estiverem feitas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos; ficando, ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 30.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, está elaborando projeto para a construção de casas

residenciais para pessoas de baixa renda e famílias carentes. Para tornar possível o desenvolvimento de tal projeto, necessita da utilização do terreno a que se refere o presente projeto de lei.

O terreno em questão - 10.000 metros quadrados - encontra-se atualmente ocioso, o que torna viável a sua utilização para a construção de moradias para as famílias carentes do município.

O propósito é evitar a evasão dos moradores do município para centros maiores, onde, além de colaborar para a formação de bolsões de pessoas carentes, cria um verdadeiro problema de ordem social.

Além disso, não é uma coisa aleatória, mas, faz parte de um programa de governo que vem de encontro com as reais necessidades da comunidade paranaense.

O presente projeto oferece em um de seus artigos todas as garantias ao Governo do Estado de que se o Município não usar o contido da lei para os fins propostos, voltará ao patrimônio do Estado.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres colegas Parlamentares pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 378/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Pontal do Paraná.

Art. 2º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento de funcionários que trabalharão na Circunscrição de Trânsito - CIRETRAN de Pontal do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pontal do Paraná, atualmente com cerca de 13.000 habitantes em sua sede, não possui, nenhum posto do DETRAN ou outro local para as questões atinentes a este Órgão Estadual.

O crescimento acelerado de Pontal do Paraná faz por merecer uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município, uma vez que os moradores, atualmente, deslocam-se cerca de 40 Km até o Município vizinho de Paranaguá, o que traz dificuldades para aqueles que necessitam dos serviços do DETRAN, além de causar congestionamentos no Município de Paranaguá.

Contando com grande concentração de veículos, o município possui estrutura arrecadadora, já que ali está instalado um Posto do Banco do Estado do Paraná (Agência de Matinhos).

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 379/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o "Abrigo, Deus Cristo e Caridade", com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos a busca da recuperação moral, psíquica e intelectual dos abrigados; dar proteção à criança e ao adolescente e recuperar famílias carentes, oferecendo moradia, alimentação e assistência médico-odontológica e assistência psíquica.

Por estar de acordo com as Leis nº 6.994/78 e 8.589/87, que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da proposição.

PROJETO DE LEI Nº 380/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Maringá - ASUMAR, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Surdos de Maringá, entidade com fins filantrópicos, fundada em 14 de junho de 1990, vem desenvolvendo excelente trabalho direcionado aos seus associados por meio de

manifestações de caráter social, cultural, recreativo e de competições esportivas.

A documentação que anexamos à presente proposição, atesta o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, razão pela qual a Entidade é merecedora de ser declarada como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 381/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º - O desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece às normas gerais da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Capítulo II

Da Natureza e da Finalidade do Desporto

Art. 2º - O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Art. 3º - O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta maior de dezoito anos e a entidade de prática desportiva empregada que o mantiver sob qualquer forma de vínculo;

II - de modo não profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre

quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada e de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

Capítulo III

Do Plano Estadual do Desporto

Art. 4º - Cria-se o Instituto Paranaense de Fomento do Desporto IPFDESP, para elaborar o Plano Estadual do Desporto e exercer o papel da Unidade Federativa no fomento do desporto estadual.

Capítulo IV

Do Sistema Estadual do Desporto

Seção I

Da Composição e dos Objetivos

Art. 5º - O Sistema Estadual do Desporto compreende:

I - o Gabinete do titular da Secretaria a que estiver vinculado o IPFDESP;

II - O IPFDESP;

III - o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º - O Sistema Estadual do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

§ 2º - Poderão ser incluídas no Sistema Estadual do Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas.

Seção II

Do Instituto Paranaense de Fomento do Desporto - IPFDESP

Art. 6º - O IPFDESP é uma autarquia estadual com a finalidade de promover e desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas pela Lei nº 9.615, de 1998, e por este Decreto.

§ 1º - O IPFDESP disporá, em sua estrutura básica, de uma Diretoria integrada por um presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2º - As competências dos órgãos que integram a estrutura regimental do IPFDESP serão fixadas em seu regimento interno.

§ 3º - O IPFDESP expedirá instruções e desenvolverá ações para o cumprimento do disposto no inciso IV, do art. 217, da Constituição Federal e elaborará o projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

§ 4º - Caberá ao IPFDESP registrar os técnicos e treinadores desportivos habilitados na forma da lei e expedir os correspondentes certificados de registro.

Art. 7º - Constituem recursos do IPFDESP:

I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 10 deste Decreto;

III - doações, legados e patrocínios;

IV - prêmios de concursos de prognósticos das Loterias Estaduais, não reclamados; e

V - receitas oriundas do ICMS devido ao Governo Estadual no montante de três por cento do total.

§ 1º - O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º - Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II deste artigo, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Municípios, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas nesta Unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no art. 10 deste Decreto.

§ 3º - Trimestralmente, o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, apresentará balancete ao IPFDESP, com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado neste artigo.

§ 4º - As receitas que constituem recursos do IPFDESP, previstas nos incisos I, II e IV do art. 6º, da Lei nº 9.615, de 1998, serão recolhidas da seguinte forma:

I - O BANESTADO transferirá a Conta do IPFDESP, até o terceiro dia útil seguinte aos sorteios dos respectivos concursos de prognósticos, as receitas de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo;

II - O BANESTADO transferirá a receita de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo, até o terceiro dia útil seguinte ao prazo final legalmente estabelecido para reclamação dos prêmios dos concursos de prognósticos das Loterias Estaduais.

§ 5º - O IPFDESP poderá, após o cumprimento do cronograma mensal de desembolso dos recursos destinados aos seus projetos e atividades, aplicar os saldos de Caixa em Títulos Públicos, destinando os recursos resultantes do investimento ao fomento do desporto.

Art. 8º - Os recursos do IPFDESP terão a seguinte destinação:

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades estaduais de administração do desporto em competições internacionais, bem como em competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional;

IV - capacitação de recursos humanos:

a) cientistas desportivos;

b) professores de educação física;

c) técnicos e treinadores de desporto;

V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;

VI - construção, ampliação e repercussão de instalações esportivas;

VII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 9º - A arrecadação obtida em cada teste das Loterias Estaduais terão a seguinte destinação:

I - quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - vinte por cento para o BANESTADO, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III - dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos; e

IV - quinze por cento para o IPFDESP.

Parágrafo Único. Os dez por cento restantes do total da arrecadação serão destinados à Seguridade Social.

Art. 10 - Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Estadual será destinada ao Instituto Paranaense de Fomento ao Desporto, IPFDESP, para treinamento e competições preparatórias dos atletas paranaenses convocados para as equipes olímpicas nacionais.

§ 1º - Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Panamericanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Estadual será destinada ao IPFDESP, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º - Ao Instituto Paranaense de Fomento ao Desporto serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Estadual nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para auxiliar o Desporto Paraolímpico Paranaense.

Art. 11 - Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso II do art. 8º e do art. 9º da Lei nº 9615, de 1998, constituem receitas próprias dos beneficiários que lhes serão entregues diretamente pelo BANESTADO, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Seção III

Do Conselho de Fomento do Desporto Paranaense - CFDP

Art. 12 - O CFDP é órgão colegiado de deliberação e assessoramento, diretamente subordinado ao Gabinete do titular do Ministério a que estiver vinculado o IPFDESP, cabendo-lhe:

I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos da Lei nº 9.615, de 1998;

II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Estadual do Desporto;

III - emitir parecer e recomendações sobre questões desportivas Estaduais;

IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do IPFDESP;

V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;

VI - aprovar os Códigos da Justiça Desportiva; e

Art. 13 - O CFDP será composto pelo titular da Secretaria a que estiver vinculado o IPFDESP, que o presidirá, e pelos seguintes membros, designados pelo Governador do Estado:

I - o Presidente do IPFDESP;

II - um representante das Universidades Paranaenses;

III - um representante do Comitê Paraolímpico Estadual; e

IV - sete representantes indicados pela Assembléia Legislativa do Paraná

Art. 14 - Os membros do CFDP exercem função considerada de relevante interesse público e os que sejam servidores públicos estaduais terão abonadas suas faltas, quando de sua participação nas respectivas sessões.

§ 1º - O mandato dos membros do CFDP, previstos nos incisos II, III e IV do art. 13 deste Decreto, será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º - Os membros do CFDP terão direito a passagens e diárias para comparecimento às reuniões do colegiado.

Art. 15 - O titular da Secretaria que estiver vinculado o IPFDESP aprovará o regimento do CFDP.

Art. 16 - O IPFDESP dará apoio técnico e administrativo ao CFDP.

Seção IV

Do Sistema Paranaense de Desporto

Art. 17 - O Sistema Paranaense do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo Único - O Sistema Paranaense do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarrregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - a Secretaria de Esporte e Turismo;

II - A Paraná Esporte;

III - as entidades Estaduais de administração do desporto

IV - as entidades regionais e Estaduais; e

V - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Art. 18 - A Secretaria de Esportes, da Paraná Esportes e as entidades Estaduais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas constituem subsistema específico do sistema Estadual do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

Art. 19 - As entidades de prática desportiva e as entidades Estaduais de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o artigo 20 da Lei nº 9.615, de 1998, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§ 1º - As Entidades Estaduais de administração do desporto poderão filiar-se, nos termos de seus estatutos, a entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º - As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades estaduais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3º - É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

§ 4º - Aplicam-se às ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 1998, no que couber, os dispositivos relativos às entidades de administração do desporto, constantes do referido diploma legal, bem como as normas contidas neste Decreto.

Art. 20 - Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos estaduais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Estadual do Desporto que:

I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;

II - apresentarem manifestações favoráveis do IPFDESP, nos casos de suas filiadas e vinculadas;

III - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas; e

IV - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - A verificação do cumprimento das exigências contidas nos incisos I e II é de responsabilidade do IPFDESP, e das contidas nos incisos III e IV, do Ministério Público, consoante disposto no Parágrafo Único do art. 18 da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 21 - As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Estadual do Desporto poderão, livremente, organizar ligas regionais ou nacionais.

§ 1º - As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do "caput" deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 2º - As ligas integrarão os sistemas das entidades estaduais e nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 3º - Na hipótese prevista no "caput" deste artigo, é facultado às entidades de prática desportiva e aos atletas participarem, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estiverem filiadas.

§ 4º - É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

Art. 22 - As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, em cada modalidade, à entidade de administração do desporto do Sistema Estadual e Nacional do Desporto, bem como à correspon-

dente entidade de administração do desporto de um dos sistemas regionais.

Art. 23 - Os processos eleitorais assegurarão:

I - colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

II - defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

III - eleição convocada mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes consecutivas;

IV - sistema de recolhimento dos votos imune à fraude; e

V - acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Parágrafo Único - Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor.

Art. 24 - Os estatutos das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com a Lei nº 9.615, de 1998, deverão obrigatoriamente regulamentar:

I - a instituição do Tribunal de Justiça Desportiva e a adoção do Código de Justiça Desportiva;

II - a inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) falidos.

Art. 25 - As prestações de contas anuais de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Estadual do Desporto serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos conselhos fiscais, às respectivas assembleias gerais, para a aprovação final.

Parágrafo Único - Todos os integrantes das assembleias gerais terão acesso irrestrito aos documentos, às informações e aos comprovantes de despesas de contas de que trata este artigo.

Seção V

Dos Sistemas dos Municípios

Art. 26 - Os Municípios constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas na Lei nº 9.615, de 1998, bem como as normas relativas ao processo eleitoral.

§ 1º - Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, e as contidas na legislação do respectivo Estado.

§ 2º - Os Municípios que não constituírem e organizarem os sistemas próprios de que tratam o inciso IV do art. 4º e o art. 25 da Lei nº 9.615, de 1998, observarão as normas contidas no referido diploma legal e neste Decreto.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 27 - É vedada a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;

II - desporto militar;

III - menores até a idade de dezesseis anos completos.

Capítulo

Da Ordem Desportiva

Art. 28 - No âmbito de suas atribuições, o IPFDESP e as entidades estaduais de administração do desporto têm competência para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva.

Art. 29 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva e o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - censura escrita;

III - multa;

IV - suspensão;

V - desfiliação ou desvinculação.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo, em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam inciso IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Do Desporto Educacional

Art. 30 - A organização e o funcionamento do desporto educacional obedecerão aos princípios e às diretrizes referentes ao desporto e à educação estaduais.

Art. 31 - O desporto educacional terá estrutura específica, compreendendo sistemas diferenciados para o Estado e os Municípios, acompanhando a organização descentralizada dos sistemas de ensino.

Parágrafo Único - A organização dos sistemas do Estado e dos Municípios será fixada na legislação concorrente que cada Unidade da Federação expedir no exercício de sua competência legal.

Art. 32 - Aos praticantes do desporto educacional é assegurado o direito de optarem pelas manifestações participativa e de rendimento.

Art. 33 - O desporto educacional no Sistema Estadual do Desporto congrega os integrantes do Sistema Estadual de Ensino, os dos Sistemas dos Municípios.

Art. 34 - O papel curricular do Desporto Educacional será definido em cada Município, pelos respectivos sistemas de ensino.

Art. 35 - As instituições de ensino superior regularão a prática desportiva curricular, formal e não-formal, de seus alunos.

Art. 36 - À entidade Estadual de administração do desporto universitário, com competência e poderes equivalentes aos das entidades estaduais de administração do desporto, cabe administrar o desporto universitário de rendimento.

Capítulo

Dos Recursos para o Desporto

Art. 37 - Os recursos necessários ao fomento das práticas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos do Estado, dos Municípios além dos provenientes de:

- I - fundos desportivos;
- II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III - doações, patrocínios e legados;
- IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Estadual não reclamados nos prazos regulamentares;
- V - incentivos fiscais advindos do ICMS (2% - dois por cento - da Receita Total do Estado); e

VI - das grandes empresas instaladas no Estado do Paraná às quais deverão "adotar" um esporte olímpico, que não tenha patrocínio e divulgação constante na grande mídia. A estas empresas será oferecido o Incentivo Fiscal de abater no ICMS todo o valor investido no desporto de rendimento. Este investimento será gerenciado pelo IPFDESP.

Capítulo

Do Bingo

Art. 38 - Os jogos de bingo serão permitidos em todo o território estadual, nos termos da Lei nº 9.615, de 1998, e deste Decreto e, especialmente, das normas regulamentares de credenciamento, autorização e fiscalização, expedidas pelo IPFDESP.

§ 1º - Jogo de bingo constitui-se de loteria em que se sorteiam ao acaso números de 1 a 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado.

§ 2º - Somente serão permitidas a instalação e a operação, em salas próprias, de máquinas eletrônicas programadas, única e exclusivamente para a exploração do jogo de bingo, nos termos do disposto no parágrafo anterior.

Art. 39 - As entidades de administração e de prática desportiva, bem como as ligas de que trata o art. 20 da Lei nº 9.615, de 1998, poderão credenciar-se junto ao IPFDESP para explorar o jogo de bingo permanente ou eventual, com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto.

§ 1º - O credenciamento de que trata o caput deste artigo será formalizado diretamente pelo IPFDEP, ou mediante convênios com as Loterias Estaduais ou com as Secretarias da Fazenda dos Estados ou dos Municípios.

§ 2º - Caberá ao IPFDESP ou aos órgãos conveniados credenciar, autorizar e fiscalizar as entidades de administração do desporto, as entidades de prática desportiva, as ligas e as empresas comerciais administradoras contratadas que explorem o jogo de bingo permanente ou eventual.

§ 3º - Cada entidade de administração do desporto, entidade de prática desportiva ou liga poderá credenciar até dois estabelecimentos para a prática do bingo permanente, vigendo para as federações respectivas o limite de dois estabelecimentos por Federação ou um por município.

§ 4º - Considera-se bingo permanente aquele realizado em salas próprias, com utilização de processo de extração isento de contato humano, que assegure integral lisura dos resultados, inclusive com o apoio do sistema de circuito fechado de televisão e difusão de som, oferecendo prêmios exclusivamente em dinheiro.

§ 5º - Bingo eventual é aquele que, sem funcionar em salas próprias, realiza sorteios periódicos, utilizando processo de extração isento de contato humano, podendo oferecer prêmios exclusivamente em bens e serviços.

Art. 40 - Os bingos funcionarão sob responsabilidade exclusiva das entidades desportivas, mesmo que a administração da sala seja entregue a empresa comercial idônea, respeitada a legislação civil e tributária, no que diz respeito à solidariedade na responsabilidade dos atos.

Seção I

Do Credenciamento

Art. 41 - O credenciamento para a exploração de bingo deverá ser requerido previamente e em separado ao pedido de autorização.

Art. 42 - O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido ao IPFDESP, ou à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná onde se pretender explorar o bingo, ou à Loteria Estadual, desde que tenha sido firmado o convênio a que se refere o § 1º do art. 75 deste Decreto, acompanhado dos documentos exigidos para cada nível de entidade.

Art. 43 - Para credenciar-se, a entidade de prática desportiva obriga-se a apresentar os seguintes documentos:

I - cópia dos respectivos atos constitutivos, e alterações posteriores, devidamente registrados ou averbados no cartório competente, ou na Junta Comercial;

II - comprovante da regularidade da composição de seu corpo diretivo, e do exercício dos respectivos mandatos, mediante certidão de registro ou de averbação dos correspondentes termos de posse;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

IV - comprovante de inscrição Estadual ou Municipal, conforme o caso;

V - comprovação de regularização de contribuição junto à Receita Federal à Seguridade Social e às Fazendas Estadual e Municipal, conforme o caso;

VI - apresentação de certidões dos distribuidores cíveis, trabalhistas, criminais e dos cartórios de protesto;

VII - prova de filiação e de regularidade de situação junto a uma ou mais entidades de administração de qualquer sistema do desporto olímpico;

VIII - prova de atuação regular e continuada na prática de pelo menos uma modalidade desportiva, com participação em todas as competições previstas nos calendários oficiais do último ano.

Art. 44 - Além da apresentação dos documentos previstos nos incisos I a VI do artigo anterior, a entidade de administração desportiva que pretender credenciar-se para a exploração de bingo, deverá também comprovar:

I - filiação de, no mínimo, três entidades de prática desportiva;

II - organização e funcionamento autônomo em relação às entidades de prática desportiva;

III - exercício das competências definidas em seus estatutos;

IV - filiação à entidade de direção estadual da modalidade desportiva, se for o caso;

V - participação no último campeonato nacional ou estadual realizado, em qualquer categoria;

VI - atuação regular e continuada da modalidade desportiva de sua área de atuação, com realização de todas as competições obrigatórias do calendário.

Art. 45 - A autoridade competente poderá promover ou solicitar diligências no sentido de apurar a correção de dados contidos em certidões, documentos e informações apresentadas.

Art. 46 - O credenciamento não implica a outorga de direito à realização ou à divulgação de reuniões de sorteios, cujos eventos estão condicionados a prévia autorização.

Art. 47 - O credenciamento será válido por doze meses, contados da data do respectivo deferimento.

§ 1º - Antes de expirado o prazo de validade do credenciamento, a entidade credenciada deverá solicitar renovação, sob pena de cancelamento.

§ 2º - O pedido de renovação da validade do credenciamento implica a obrigatória atualização dos dados, inclusive de certidões.

§ 3º - As certidões e declarações valerão pelo prazo nelas assinalado, ou por seis meses, no caso de não estipulação do prazo.

§ 4º - As certidões e declarações deverão ser renovadas, quando vencidas.

Seção II

Da Autorização

Art. 48 - A autorização somente será concedida para entidades previamente credenciadas, e abrangerá um único sorteio para o bingo eventual e um período máximo de doze meses, para o bingo permanente.

Art. 49 - A autorização deverá ser requerida ao IPFDESP, ou à Secretaria da Fazenda de onde se pretender explorar o bingo, ou à Loteria Estadual,

desde que tenha sido firmado o convênio a que se refere o § 1º do art. 75 deste Decreto, com antecedência mínima de trinta dias da data pretendida para o início do evento, ins-
truindo-se o correspondente pedido com os seguintes documentos e informações:

I - certidão de credenciamento, observado o prazo de sua vigência, com apensamento das certidões e declarações, quando for o caso;

II - definição do local, da data e do horário de realização do sorteio, salvo quando se tratar de bingo permanente;

III - previsão de vendas, definido o preço unitário da cartela e a quantidade a ser impressa;

IV - plano de distribuição dos prêmios, com descrição minuciosa da sua natureza, tal como bens móveis e imóveis, veículos, viagens ou serviços, quando se tratar de bingo eventual, obedecidos os percentuais de destinação dos recursos que vierem a ser arrecadados com o sorteio, conforme previsto neste decreto;

V - comprovante de reserva de recursos para o recolhimento dos impostos e demais tributos incidentes sobre o evento, conforme previsão de vendas e o total da premiação oferecida, quando se tratar de bingo eventual;

VI - projeto detalhado de aplicação de recursos na melhoria do desporto olímpico, com prioridade para a formação do atleta, devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da entidade desportiva requerente;

VII - modelo de cartela a ser impressa, da qual constarão o nome da entidade, a denominação do concurso, local, data e horário de sua realização, a premiação prometida, número de série e de ordem do documento, e demais informações úteis aos adquirentes;

VIII - informações sobre o sistema de distribuição de cartelas e dos selos de autenticação;

IX - atestado sobre a regularidade dos equipamentos a serem utilizados para a extração dos números, emitido por órgão de aferição idôneo, e laudo pericial relativo ao sistema de processamento de dados que realizará o sorteio, subscrito por especialista, pessoa física ou jurídica, devidamente habilitada;

X - declaração da entidade requerente e de suas contratadas, com firma reconhecida, autorizando o banco ou a administração de cartões de crédito e fornecer a quantidade de cartelas vendidas, quando solicitado pelo IPFDESP ou pelos órgãos conveniados;

XI - parecer favorável da Prefeitura do Município onde se instalará a sala de bingo, versando sobre os aspectos urbanísticos e o alcance social do empreendimento;

XII - prova de que a sede da entidade desportiva é situada no mesmo Município em que será realizado o sorteio do bingo eventual ou em que funcionará a sala de bingo permanente;

XIII - certidão, emitida pelo órgão de proteção do consumidor da Unidade da Federação da sede da entidade desportiva, ou da empresa comercial por ela contratada, de que não existem pendências contra os consumidores.

Parágrafo Único - No caso de promessa de premiação de bens corpóreos (imóveis, veículos, eletrodomésticos e outros semelhantes) ou de viagens, ações ou títulos patrimoniais, no caso de bingo eventual, a entidade desportiva deverá apresentar os documentos comprobatórios de sua efetiva e plena propriedade, sem quaisquer ônus ou restrições de direito.

Art. 50 - Os locais destinados à realização de bingo permanente deverão satisfazer as seguintes condições:

I - ambiente especial, com capacidade mínima para duzentos participantes sentados;

II - sistema de circuito fechado de televisão e de difusão sonora, que permitam a todos os participantes a perfeita visibilidade e audição de cada procedimento dos sorteios e de seu permanente acompanhamento;

III - equipamento apropriado para a extração dos números;

IV - mesas, cadeiras e área própria à permanência de, no mínimo, dois agentes dos órgãos de fiscalização, incumbidos de fiscalizar as reuniões de sorteios;

V - instalações sanitárias suficientes para atender os participantes, atestadas pela Saúde Pública;

VI - ventilação, iluminação e equipamentos contra incêndio adequados à segurança do recinto, certificado pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 51 - As reuniões de sorteio de bingo permanente poderão ser realizadas diariamente, programadas para diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 1º - É proibida a venda de cartelas fora do ambiente onde serão realizadas as reuniões de sorteio.

§ 2º - A entidade desportiva credenciada e a empresa contratada para administrar o sorteio, excetuados os valores da aposta e do ingresso, não poderão cobrar dos participantes qualquer outra taxa, emolumentos ou contribuições.

§ 3º - Demais condições de operação do bingo permanente constarão de regulamentação específica.

Art. 52 - Para a modalidade de bingo permanente, o IPFDESP ou os órgãos conveniados, antes da outorga do "Certificado de Autorização", ou ao longo de sua validade, poderão a qualquer tempo, determinar a elaboração de diagnóstico técnico, por intermédio de órgão competente, visando a mensurar a idoneidade do sistema e a segurança dos equipamentos, e a coibir interferências eletroeletrônicas ou manipulação humana, que alterem ou distorçam a natureza aleatória dos eventos.

Art. 53 - Os documentos de credenciamento e de autorização ficarão expostos em quadro específico, na sede da entidade ou na entrada do estabelecimento onde se realiza o evento.

Art. 54 - Os pedidos de renovação de crescimento ou de autorização somente serão analisados se a entidade houver cumprido todas as exigências previstas na prestação de contas do evento anterior, no caso de bingo eventual, ou do exercício anterior, no caso de bingo permanente.

Art. 55 - Caso a administração do bingo eventual ou permanente seja entregue a empresa comercial, a entidade desportiva juntará ao pedido de autorização, além daqueles previstos no art. anterior, os seguintes documentos:

I - certidão de registro da empresa e de sua capacitação para o comércio, expedida pela Junta Comercial da Unidade da Federação onde ela tem sede;

II - certidões dos distribuidores cíveis, trabalhadores e de cartórios de protesto em nome da empresa;

III - certidões dos distribuidores cíveis, trabalhadores e dos cartórios de protesto em nome das pessoas físicas titulares da empresa;

IV - comprovante de contratação de firma para a prestação de serviços permanentes de auditoria da empresa administradora;

V - cópia do instrumento de contrato firmado entre a entidade desportiva e a empresa administradora, cuja vigência máxima será de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 56 - A autorização será negada, caso não se cumpram todos os requisitos exigidos para o deferimento do correspondente pedido.

Art. 57 - A autorização concedida somente será válida para local determinado e endereço certo, sendo proibida a venda de cartelas de bingo permanente fora da respectiva sala de bingo.

Parágrafo Único - As cartelas de bingo eventual poderão ser vendidas em todo o Estado do Paraná.

Art. 58 - A premiação do bingo permanente será apenas em dinheiro, cujo montante não poderá exceder o valor arrecadado por partida.

Seção III

Da Prestação de Contas

Art. 59 - A entidade desportiva autorizada, promotora da reunião de sorteio, apresentará a prestação de contas referente ao sorteio do bingo eventual, ou ao período definido pela autoridade concedente da autorização para o bingo permanente, observados os termos e condições previstos neste Decreto.

Art. 60 - Até o décimo dia seguinte à data da realização do sorteio, no caso de bingo eventual, a entidade promotora protocolizará a prestação de contas do evento junto ao órgão emissor da autorização, de cujo documento constará:

I - cópia da ata ou da memória do evento, emitida por empresa de auditoria independente, devidamente registrada no órgão competente, de cujo documento conste a regularidade da reunião e dos respectivos procedimentos;

II - comprovante do recolhimento dos tributos federais, estaduais, distritais e municipais incidentes sobre o evento, contendo a especificação do montante da premiação oferecida, a quantidade de cartelas vendidas e o valor total arrecadado.

Art. 60 - Até o décimo dia seguinte à data da realização do sorteio, no caso de bingo eventual, a entidade promotora protocolizará a prestação de contas do evento junto ao órgão competente de proteção do consumidor, de cujo documento constará comprovação da entrega da premiação programada, por meio de relatório e planilhas específicas, contendo, entre outras informações:

I - original da cartela ganhadora ou cópia autenticada;

II - relação nominal de todos os ganhadores, com os respectivos endereços, números de CPF, da Carteira de Identidade e da cartela contemplada;

III - mapa dos prêmios efetivamente entregues, informando o nome do ganhador, a razão social ou nome do fornecedor, o seu correspondente CGC ou CPF, o número da Nota Fiscal, a indicação do prêmio e o valor de sua aquisição;

IV - cópia autenticada da Nota Fiscal referente a cada prêmio prometido, idêntica ao do pedido de autorização;

V - cópia autenticada ou segunda via do "Termo de Recebimento do Prêmio", com firma reconhecida do ganhador;

VI - cópia do CPF e da Carteira de Identidade do contemplado;

VII - outras informações consideradas relevantes por parte do órgão de proteção do consumidor.

Art. 61 - A entidade desportiva credenciada e a sociedade comercial contratada para administrar o sorteio deverão manter à disposição do IPFDESP, durante cinco anos, toda a documentação relativa à premiação, com os nomes dos respectivos ganhadores, endereço completo e CIC, assim como o original dos recibos de entrega dos prêmios, qualquer que seja sua natureza ou espécie.

Art. 62 - Excepcionalmente, o mérito desportivo poderá ser comprovado em relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela entidade requerente nos três anos anteriores ao pedido de autorização.

Art. 63 - A entidade desportiva receberá percentual mínimo de dez por cento da receita bruta da sala de bingo ou do bingo eventual.

Parágrafo Único - As entidades desportivas e as ligas prestarão contas semestralmente ao IPFDESP, da aplicação dos recursos havidos dos bingos.

Art. 64 - É proibido o ingresso de menores de dezesesseis anos nas salas de bingo.

Art. 65 - As salas de bingo destinar-se-ão exclusivamente a esse tipo de jogo.

Parágrafo Único - A única atividade admissível concomitantemente ao bingo na sala é o serviço de bar ou restaurante.

Art. 66 - É proibida a instalação de qualquer tipo de máquina de jogo de azar nas salas de bingo, sendo estas consideradas o espaço fechado onde se pratique os sorteios desta modalidade.

Art. 67 - Nenhuma outra modalidade de jogo ou similar, que não seja o bingo permanente ou eventual, poderá ser autorizado com base na Lei nº 9.615, de 1998, e neste Decreto.

Parágrafo Único - Excluem-se das exigências contidas na Lei nº 9.615, de 1998, e neste Decreto, os bingos realizados com fins apenas beneficentes em favor de entidades filantrópicas federais, estaduais, distritais ou municipais, nos termos da legislação específica, desde que devidamente autorizados.

Art. 68 - A destinação total de recursos arrecadados em cada sorteio dar-se-á nos seguintes termos:

I - sessenta e cinco por cento para a premiação, incluindo parcela correspondente ao imposto

sobre a renda e outros eventuais tributos e taxas incidentes;

II - a premiação líquida terá a seguinte distribuição:

a) Bingo oitenta por cento;

b) Linha cinco por cento;

c) Acumulado, Extra Bingo e Reserva cinco por cento;

III - vinte e oito por cento para custeio de despesas de operação, administração e divulgação; e

IV - Dez por cento para as entidades desportivas ou para as ligas.

Capítulo XI

Disposições Gerais

Art. 69 - Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas para efeitos desta lei.

Art. 70 - As entidades desportivas internacionais com sede permanente ou temporária no país receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 71 - Será considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em competição desportiva no País ou no exterior.

§ 1º - O período de convocação será definido pela entidade nacional e ou estadual da administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico e Para-Olímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao titular da Secretaria a que estiver vinculado o IPFDESP a competente liberação do afastamento do atleta ou dirigente.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 72 - Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 73 - É instituído o Dia Estadual do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Art. 74 - A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo Único - A garantia legal outorgada às entidades e aos atletas referidos neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação, símbolos, nomes e apelidos.

Art. 75 - Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais e estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

Parágrafo Único - Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Art. 76 - Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e do descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 77 - É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto.

Capítulo XII

Disposições Transitórias

Art. 78 - Até a edição dos Códigos da Justiça dos Desportos Profissionais e Não-Profissionais continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes da Lei nº 9.615, de 1998 e deste Decreto.

Art. 79 - O disposto no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998 somente entrará em vigor após três anos a partir da vigência daquela Lei.

Parágrafo Único - Opcionalmente e mediante manifestação da livre vontade da entidade de prática empregadora e do atleta empregado, por

cláusula especial no contrato de trabalho que vierem a firmar, o previsto no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, poderá ser utilizado a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 80 - As entidades desportivas praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto no art. 27 da Lei nº 9615, de 1998.

Art. 81 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.06.99

(a) LUIS FERNANDES DA SILVA LITRO

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PDT; PL.

Concedo a palavra ao Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez retornamos a essa tribuna, trazendo alguns fatos, principalmente, acontecidos no setor político do Paraná.

Queremos nesse momento ler algumas linhas de uma portaria do Partido Liberal, assinado pelo nosso Presidente Nacional do Partido. Álvaro Vale.

(Lê):

“PARANAENSES!

Neste momento em que o Paraná e o Brasil vivem uma das piores crises políticas e econômicas, dos últimos tempos, precisamos destacar e dar publicidade a alguns pontos da Circular nº 003/99, assinada pelo Sr. Álvaro Vale, Presidente Nacional do PL.

Diz o Presidente: “Um partido político tem o dever da eficiência, sem que isso implique qualquer espécie de concessão ética. Assim, sem qualquer concessão o Partido tem o dever de ser eficiente, ou ele estará traindo os que nele se filiaram”. Continuou Álvaro Vale: “Tendo em vista os altos índices de audiência de nossos Programas Eleitorais, os sócios do poder partiram para o ataque. Explicitamente, acusaram o Partido Liberal de ter-se associado à Igreja Universal”. “Grande Mentira... no PL temos católicos, judeus, espíritas, protestantes e até ateus”; O PL não é e nunca foi um Partido subordinado ou aliado a qualquer credo, e nem constrangemos os companheiros com manifestações religiosas, em nosso ambiente partidário”. Todos têm o direito e o dever de professar sua religião durante cada momento da vida, no seu foro íntimo, e demonstrá-la com seu comportamento pessoal. As mani-

festações públicas devem ser reservadas para reuniões não políticas, que existem para esse objetivo, como Missas e os Cultos por Exemplo, que nada têm a ver com a vida partidária". Queremos e seremos sempre um Partido atuante neste momento histórico que nos oferece todas as oportunidades, afinal temos moral e um passado digno, e é isso que querem os Paranaenses e Brasileiros que também comungam com a nossa idéia.

Temos o dever de esquecer a Politicagem de Brasília, onde não conseguem ver um Brasil esbulhado por taxas e impostos e onde os Brasileiros são roubados em seu esforço e seu trabalho, para que os amigos do Rei sejam cevados.

E assim, o Presidente Alvaro Vale, termina sua Circular: "Nas próximas semanas e meses todos nós teremos excelentes notícias que evidenciarão o forte crescimento do PL em todo o País. Os políticos sérios estão vendo nele o comportamento que o presente e o futuro exigem".

Aqui no Paraná, não será diferente; não vamos ceder e nem perderemos a visão que está muito clara e prevê um futuro brilhante para o nosso Partido, o PL.

Não adianta, aqueles que são verdadeiras aves de Rapina, quererem tumultuar e misturar as coisas.

O PL é e sempre será um Partido livre de convicções religiosas e como tal não pertence a nenhuma Igreja, como alguns querem nos Titular. Reafirmo as palavras do nosso Presidente: No Partido Liberal temos Católicos, Judeus, espíritas, Protestantes e até Ateus e não está associado à Igreja Universal.

Muito obrigado".

Por isso viemos trazer aqui, esta circular ao conhecimento de todos os Parlamentares aqui do Paraná, aproveitando esta, praticamente a última sessão deste primeiro semestre da Assembléia Legislativa. Nós queremos deixar esta circular de número 3, do mês 6 de 99 que o nosso Presidente mandou a todos os diretórios regionais e também municipais, para que todos tomem conhecimento que, de fato, o Partido Liberal tem filiados de todas as crenças, cores e raças e para nós são todos iguais.

Por isso viemos aqui, neste momento, como Líder do Partido Liberal, da Bancada aqui do Estado do Paraná, trazer esta mensagem e também esta notícia da circular número 3.

Concedo o aparte ao Deputado Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama

Quero parabenizar o discurso de Vossa Excelência com relação a esta posição do Partido Liberal, Partido ao qual nós também temos a nossa filiação, e dentro do qual temos grandes amigos,

entre eles a pessoa de Vossa Excelência do companheiro Geraldo Cartário e do Deputado Edson Praczyk.

Entendo que é oportuna esta colocação de Vossa Excelência olhando o momento em que a segmentação de nossa sociedade, muitas vezes acaba criando nesta pluralidade, áreas de arestas. Arestas estas que vezes incontornáveis em alguns países, como a própria Iugoslávia, quando entra a discriminação racial, uma falsa tentativa de purificação étnica e religiosa. Vemos também na Inglaterra e na Irlanda divergências religiosas que acabam redundando em conflito incontornáveis.

É bom que essa postura do PL seja o pensamento de todos nós. Essa pluralidade de religiões que vive a Nação brasileira em não haver discriminação, nos faz estar no PFL onde o nosso vice-Presidente da República é católico devoto e muito outros. As diferenças de credo e religião demonstram que não existe no nosso País a discriminação racial. Serei um grande batalhador para que jamais venha a existir discriminação. Se souber que está havendo discriminação da Igreja Universal do Reino de Deus numa tentativa de haver esse separatismo religioso, seria radicalmente contrário.

Temos a certeza que o PL tem a frente um grande Líder Dr. Álvaro Vale que mostra a lisura na qual ele representa. Parabéns a Vossa Excelência.

Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado, Deputado Takayama, pelas palavras que vem completar o nosso pensamento.

O Partido Liberal é um partido igual aos demais. É claro que no estatuto tem algumas diferenças, mas são diferenças de melhora.

Por isso que estamos aí juntos com companheiros de todas as crenças, cores e raças. Não há discriminação. Temos grandes lideranças no Paraná que pertence a igrejas evangélicas e temos grandes lideranças que pertencem ao catolicismo. E sabemos conviver com todos, respeitamos todos.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Quero cumprimentar o meu Líder Edno Guimarães que me deu a honra de se associar ao nosso projeto e adentrarmos no Partido Liberal. E assim o fizemos, com a experiência de Vossa Excelência que comandou muito bem a prefeitura de Cianorte. Um verdadeiro municipalista, com seus quatro anos já nesta Casa. Ingressamos no Partido Liberal. Houve realmente um fato novo que eu, inclusive, fui pego de surpresa. Com a entrada do nosso companheiro o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Acontece que os partidos pequenos estão passando por um fato novo. Muita gente falando que os partidos pequenos vão acabar. Não acredito. Porque hoje precisamente nos partidos menores que existe a verdadeira democracia. Porque nos partidos grandes, o qual tive a honra de participar no PFL, o próprio PMDB, partido de grande expressão. São partidos que falam muito, mas dentro da cúpula. Os demais que estão afastados da cúpula não sabem sequer o que acontece dentro do partido. Nos partidos menores, como é o PL, PSB, que aqui está tão bem apresentado, também por dois Deputados. Hoje, o PDT que aqui tem um número de Deputados pequeno, mas é um Partido de Expressão Nacional. Todos esses Partidos estão passando por esses comentários: - vai acabar, vão fechar, é isso ou aquilo. Não acredito, porque nos países mais avançados democrati-camente, como na Europa e nos Estados Unidos, qualquer um desses países têm 50 ou 60 Partidos. O Partido hoje, não é custeado com o dinheiro público. Nós do PL, inclusive do PFL nunca recebi um centavo de Partido Político, ou seja, pago para pertencer a um Partido Político. Eu pagava um desconto mensal para o PFL, e vamos ter que pagar também, para as despesas do PL.

Então o Governo do Estado, o dinheiro público, o erário público não participa da vida dos pequenos partidos. Por isso, que ninguém tem autoridade de fechar partidos menores, nem o Presidente da República, nem Senador, nem Deputados Federais, não têm essa autoridade, porque os partidos menores não vivem à custa do erário público.

Por isso que acredito que nós do PL, e outros partidos menores vamos ter sim, a ousadia de pensar grande, vamos ter a ousadia de pensar, que amanhã até podemos ganhar na MEGASENA, como a maior parte do povo pobre do país, pensa: Amanhã, eu posso ganhar a MEGASENA e com isso me transformar numa pessoa rica.

Nós dos partidos menores, também sonhamos dessa forma: - que amanhã podemos eleger um Presidente da República.

Esta aí o Presidente Collor, que saiu de um Partido sem expressão, esta aí o Paulo Pimentel, o grande Governador, que foi do Paraná, que ingressou através do Deputado Anibal Khury, que lhe arrumou um Partido o PTN e com isso ele foi Governador eleito com o voto do povo.

Não acredito, meu companheiro Deputado Edno Guimarães que haja necessidade de alguém sair de um Partido menor, porque ele acabará.

Agora, acredito sim, é com o nosso Pastor Edson que entrou no Partido com muito vapor, com muita força, algumas colocações, algumas entrevistas não adequadas com a realidade. Por exemplo, uma das manchetes, estou falando na presença do meu amigo Edson Praczyk, um Deputado jovem que

aprendi a respeitar de conviver com ele. Mas, na verdade algumas manchetes como saiu em alguns jornais dizendo, que o PL, não aceitava cachaceiros.

Não sei fazer política sem ir no bar tomar pinga.

Não sei, não aprendi. Que já fui Vereador, já fui cabo-eleitoral, me elegi dessa forma, e ele se elegeu de outra forma.

A realidade do PL é essa carta, que vossa Excelência leu, e se não for dessa forma que Vossa Excelência citou, assinada pelo grande líder, ex-Deputado Federal Alvaro do Vale, senão for dessa forma, me afastarei do Partido.

O Presidente Anibal Khury, já sabe que a qualquer momento estou batendo a sua porta de novo. Se houver modificações radicais na conduta do PL, sou um que me afasto.

Até mesmo, para terminar a bondade de Vossa Excelência que me concedeu o aparte, eu devo dizer que a mãe do meu pai, é nascido em além Paraíba. Uma cidade na divisa de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. A minha avó ali nasceu, ela nasceu e deu o nome de meu pai de Geraldo. Faço parte de português, brasileiro e italiano. A minha avó nasceu aonde apareceu a Nossa Senhora Aparecida. E a minha outra avó por parte da minha mãe, que tenho uma honra tremenda de ser filho de quem sou, de pai brasileiro e de mãe portuguesa. Tenho uma honra muito grande de minha mãe ter nascido em Fátima.

Não podia de forma alguma aceitar que pessoas levemente dizem: que o Partido do PL é o Partido que chutou a Santa. Isso não é verdade. Porque nem a Igreja Universal chutou a Santa. O que aconteceu foi episódio isolado, não tem nada haver com evangélicos, com o que aconteceu, com a santa, com a nossa padroeira do País.

Por isso, que estou muito a vontade para dizer que sou católico, convicto, não mudo em hipótese alguma, mudo o Partido, mas não de religião e estou satisfeito no PL desde que o PL tire das manchetes aquele vínculo com a Igreja Universal, porque não tem absolutamente nada com a Igreja Universal.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Obrigado meu caro companheiro.

As suas palavras vêm fortalecer muito mais e pelas informações que tenho no PL, temos alguns Deputados Federais e estaduais que pertencem à Igreja Universal e mais alguns que quiserem se filiar, o Partido está aberto para fazer essa filiação e queremos liberar. O senhor pode tomar a sua pinguinha e continuar no PL, porque o PL é liberal, porque está aberto, livre. O senhor tem todo o direito. Queremos o senhor junto no PL.

Quando me filiei ao PL, deixando o PFL, ainda diziam os meus companheiros em tom de brincadeira que eu deixaria de ser “rabo de tubarão” para ser “cabeça de sardinha”. O nosso Partido vai crescer muito. Temos muitas adesões, muita gente querendo vir. Vamos estruturar o Partido no Estado. Algumas brigas políticas. Isso acontece em todos os Partidos e também há disputas. É sinal de que o Partido está crescendo. Existe um velho ditado: “Ninguém chuta cachorro morto”. Se estão preocupados, é porque de fato, é bom e vai crescer.

Concedo aparte ao Deputado Edson.

O Sr. Edson Praczyk

Além de parabenizá-lo, Deputado Edno Guimarães, achei bem oportuna a leitura desse comunicado do nosso Presidente, Álvaro Vale, muito embora todas as declarações de que o PL nunca teve o mando do segmento “A”, “B” ou “C”, ou mais precisamente do meu segmento - porque sou pastor da Igreja Universal, além de Parlamentar - mas acho válido esse pronunciamento, esse comunicado.

A Igreja Universal do Reino de Deus é um segmento em ascensão e chama muito a atenção por causa disso. É um desses em que o senhor se enquadra ou possa enquadrar no ditado mencionado que “ninguém chuta cachorro morto”, mas o PL nunca foi da Igreja Universal. Isso declarei inúmeras vezes para a imprensa, nem sempre a imprensa teve o interesse de divulgar. O fato de eu ser pastor - poderia ser médico, dentista ou jardineiro - e até porque nenhum segmento religioso pode ser detentor de um Partido, até porque é inconstitucional. Não misturamos as coisas. Temos falado repetidas vezes, mas foi extremamente importante que a autoridade do nosso Partido, em âmbito nacional se pronunciasse, para deixar bem claro as coisas.

Ainda me recordo das muitas vezes que nós três Parlamentares tivemos a oportunidade de fazer peregrinação e dentre elas destaco a região do Deputado Geraldo Cartário, lá em São Sebastião da Amoreira e nas declarações à imprensa, deixamos bem claro, até pela filosofia partidária, o PL sempre foi aberto a todas as crenças, credos, religiões, dogmas e até àqueles que não possuem declaradamente uma religião e isso falamos inúmeras vezes e destacamos que somos a Bancada mais coesa que, embora em diversos pontos bem diferentes dos outros, mas sempre unânimes nas decisões, sempre coesos nas atitudes e sempre fazendo questão de mostrar o extremo da posição de cada um.

Eu, como evangélico de um segmento, o senhor como evangélico de outro, o Geraldo Cartário

adepto de um outro segmento, católico apostólico romano e sempre nos dando muito bem.

Então, foi oportuna a leitura da vossa carta, da carta do nosso Presidente neste momento, para que tudo aquilo que já vimos propagando na imprensa viesse a ser confirmado na data de hoje. E o PL, como sempre e ainda mais agora, ele se encontra em boa fase ou porque não dizer uma nova geração do PL. Ainda enfrentando pequenas dificuldades que já estão sob controle e, com certeza, no tempo hábil, haverão de ser encaminhadas para que o PL venha a ser, indubitavelmente, o Partido de maior expressão em nosso Estado, de maior transparência e organização do nosso Estado.

É para isso que estamos unidos e unidos para mantermos a filosofia partidária do PL, que é o liberalismo, para que possamos cooperar para a nossa gente, às pessoas acima de tudo que confiaram este mandato em nossas mãos.

Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado, Deputado Pastor Edson, as suas palavras vieram contribuir bastante com o nosso pronunciamento, a leitura dessa circular, fizemos aqui em resumo da circular que o Presidente mandou a todos nós, está nas suas mãos também, para sermos mais breves e poder transmitir aquilo que de fato o PL pensa com mais rapidez, prática e mais fácil de todos se entenderem.

Já fui Prefeito do Município de Cianorte de 89 a 93, já pertencia nesta época ao Partido Liberal. Depois como íamos disputar uma eleição a nível de Estado como Deputado Estadual, nós, percebendo que, naquela altura o Partido poderia não ter legenda suficiente, por isso nós, então, viemos para outro Partido que encontramos grande companheiros e aprendemos muito no Partido Liberal, Partido da Frente Liberal. e agora retornamos com o Deputado Cartário, que é uma grande expressão política do Paraná e também com este jovem Pastor Edson, um político novo mas que amadureceu em poucos meses de caminhada política.

Os seus pronunciamentos, às vezes, são mal interpretados, mas não é isso que pensa o seu coração. às vezes fala uma coisa e escreve outras. É um grande companheiro e queremos somar com todos eles e continuar nesta caminhada, nesta jornada tão importante que temos pela frente agora.

Ano que vem a eleição dos municipais nós também, que o nosso Partido Liberal tenha candidato a Prefeito em uma grande maioria dos municípios do Estado do Paraná. Vamos trabalhar para isso, estamos trabalhando e daqui para frente muito mais.

Queremos também convidar o Senhor Presidente e os Deputados, que a partir do dia 13 do mês de julho, temos em Cianorte a Feira do Vestuário - EXPOVEST, a EXPOVEST 99, a 10ª Feira do Vestuário, que é feita na "Capital do Vestuário", que é Cianorte. Uma feira criada quando éramos Prefeito, junto com empresários de toda a região, uma cidade que tem mais de 300 indústrias de confecções. Estamos aqui reforçando o convite que já mandamos a todos os gabinetes para os nossos companheiros.

Também registrar à imprensa falada e escrita que temos a grande "Feira do Vestuário" lá no noroeste do Paraná, na Cidade de Cianorte, agora, do dia 13 ao dia 17 de julho. E queremos convidar a todos. A nossa previsão é de receber 150 mil visitantes e um faturamento de 8 milhões de dólares.

Então, queríamos contar com o apoio, a presença de todos e esperamos, de fato, a visita de vocês desde a abertura. Aquele que não puder ir à abertura, pode ir durante a Feira, que tem cinco dias de duração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)
PSDB.

PMDB. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última sexta-feira tive a oportunidade de participar de uma reunião dos diretores do Sindicato de Empresas Transportadoras de Cargas do Estado do Paraná, SET-CEPAR, situado na Rua Almirante Gonçalves aqui em Curitiba. E naquela oportunidade, além de diversos assuntos que estavam sendo tratados num debate com o Deputado Federal Max Rosenmann, acerca da reforma tributária, tivemos oportunidade de tomar conhecimento de uma carta assinada pelo empresário Celso Antonio Frare, Diretor Presidente da Ouro Verde Transporte e Locação Ltda., com sede em Curitiba, Estado do Paraná, enviada ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que passo a dar ciência a este Plenário.

(Lê):

"Senhor Presidente, Eu Não Agüento Mais!

Senhor Presidente.

Sou transportador rodoviário de cargas radicado no Paraná, trabalhando no Brasil todo há 26 anos.

Vencemos diversas dificuldades e, chegando a 1994, sofremos o impacto do Plano Real que globalizou toda a economia, fazendo com que o Setor de Transportes tivesse que passar por diversas modificações para poder fazer frente à grande concorrência e às tarifas estáveis, a partir de 1995.

Mudei a maneira de administrar minha empresa para obter maiores índices de produtividade, através de treinamento de pessoal, acordos de manutenção, adquirindo um maior número de carretas, dispondo de serviços de monitoramento via satélite em toda a frota, implantando e implementando programas de qualidade com a ISO 9002 e 14001, além da total dedicação dos colaboradores, que trabalham de 16 a 18 horas por dia. Assim, consegui fazer da minha empresa uma empresa produtiva.

Mas, apesar de tudo isso que fizemos nos últimos cinco anos, o que veio nos trazer grandes ganhos de produtividade, não conseguimos vencer a máquina da burocracia, o peso e a incompetência do Governo. Nós fizemos a nossa parte e continuamos fazendo, mas, daí, vem o Governo e diz que não pode fazer a sua, nos impondo aumentos de impostos e insumos que estão acabando com tudo aquilo que conseguimos fazer nesses cinco anos, à custa de muito trabalho e sacrifício.

Nos últimos seis meses vimos o diesel subir 30%, o Confins 50%, a CPMF 90%, o dólar 50%, o seguro 30% (por falta de segurança) e, nesta semana, já estão falando em subir o preço do diesel de novo e o pedágio também. Alguns de nossos fretes diminuíram e, outros, ainda são os mesmos de 1995. NÃO TENHO MAIS DE ONDE TIRAR PRODUTIVIDADE PARA PAGAR A INEFICIÊNCIA DO GOVERNO!

Senhor Presidente, Eu Não Agüento Mais!"

CELSON ANTONIO FRARE

Diretor Presidente da Ouro Verde Transporte e Locação Ltda, com sede em Curitiba, PR."

Faço a leitura desta correspondência, do Empresário Celso Antonio Frare, para neste final de período legislativo dizer que nós também certamente não aguentaremos mais este aumento do pedágio que está para ser anunciado nos próximos dias.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mesmo em cima de todas as manifestações dos transportadores de cargas do Paraná, que na semana passada e nesta semana fizeram mobilizações, trancaram rodovias por este Paraná afora, é lamentável, que o Governo do Estado do Paraná anuncie nos jornais e hoje dizendo: "Que o aumento ainda não saiu por falta convencer apenas uma das empresas concessionárias.

É lamentável que nós estejamos por iniciar o período de recesso parlamentar sabendo que nos próximos dias, o Paraná, a economia paranaense, o caixeiro viajante e o transportador de cargas, serão vítimas mais uma vez do Governo do Estado que irá aumentar as tarifas de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

É lamentável que tudo isso aconteça no momento em que estamos a verificar que as rodovias estaduais ditas pelo Governo que seriam por ele conservadas, a partir do momento em que as rodovias federais e alguns outros trechos estaduais assumidos pelas concessionárias ficassem fora do limite e da obrigação da conservação do Estado.

Ontem, desta tribuna, falamos da necessidade da recuperação da rodovia Porto Paripa/Reserva/Cândido de Abreu/ Manoel Ribas. Hoje nos somamos a outros Parlamentares para dizer que o trecho da rodovia que liga Placa Loar/Pouso Alegre/ Lurnardeli/São João do Ivaí/ São Pedro do Ivaí/ Bom Sucesso/ Jandaia do Sul, encontra-se em precárias condições de conservação. Para dizer que a rodovia São Pedro do Ivaí/ Distrito Marise/ Itambé, cuja reconstrução foi anunciada há cinco anos atrás, até o presente momento não tem a sua obra iniciada.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estejamos a iniciar o recesso Parlamentar sabendo que nos próximos dias os caminhoneiros, os caixeiros viajantes e todos os usuários de rodovias do nosso estado terão que arcar com o pedido do aumento da tarifa, com o peso do aumento do pedágio.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni que certamente poderá nos esclarecer de quanto será o aumento deste pedágio, e quando começarão a conservação das rodovias estaduais sob responsabilidade do Governo do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pessuti, quero agradecer o aparte e dizer que não será V.Exa. quem irá pautar o meu aparte.

Quero afirmar a V.Exa. que liguei agora para o Secretário de Transportes e ele está à disposição a partir deste minuto até a hora que o Senhor quiser, para conversar com V.Exa. sobre os problemas das rodovias que o Senhor fala todos os dias e sobre a questão do pedágio.

O Secretário dos Transportes o aguarda, se esta for a vontade de V.Exa. para tentarem solucionar e contribuir para a solução destes problemas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o Deputado Valdir Rossoni até porque na tarde de ontem, fizemos um apelo a V.Exa. no sentido que promovesse as ações e as diligências necessárias para que as rodovias do Paraná pudessem ser reconstruídas e recuperadas. Diante da possibilidade e oportunidade que V.Exa. nos dá de conversar com o secretário dos Transportes, quero dizer que aceitamos o convite e tão logo termine a Sessão Plenária entraremos em contato com ele para pessoalmente fazer um apelo no sentido que ele não penalize mais os transportadores de

carga do Paraná e a sociedade paranaense evitando e impedindo o aumento do pedágio e solicitando a ele que de imediato e determine a reconstrução e conservação das rodovias do Paraná que se encontram em total abandono.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o PT.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Usamos a tribuna nesta tarde para externar a nossa solidariedade aos funcionários da TELEPAR, em meu nome pessoal e da Bancada do PT, e, para fazer uma denúncia sobre o processo de demissões ocorrido recentemente na TELEPAR.

Durante o processo de privatização do Setor de Telecomunicações, o Governo Federal prometia que seriam gerados cerca de cem mil empregos diretos e um milhão de empregos indiretos no País.

Além das suspeitas da interferência direta do Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, antecipadamente, em beneficiar o Consórcio do Banco Opportunity, o que está encerrando hoje, a abertura de uma CPI Nacional e da destinação do dinheiro público, para ajudar a privatização, 600 milhões de reais do BNDES, o que está acontecendo no setor e no Paraná é justamente o contrário: é o desemprego.

No mês de julho de 1998 a TELEPAR foi arrematada pelo consórcio de empresas formado pelo Banco Opportunity, pela Itália Telecom e pelos Fundos de Pensão - segundo os dados do Sindicato-Sintel e da Gazeta Mercantil, no caderno Paraná do dia 01 de junho de 99, a TELEPAR possuía 4.200 empregados, dos quais foram demitidos 680. Isso significa 16,2% do total de empregados da companhia. Segundo a Telecentro Sul, que atua em oito Estados e aqui no Paraná, as demissões são parte da estratégia de redução de custos e da reorganização funcional da empresa num mercado mais competitivo. Esse é o segundo enxugamento realizado pela companhia, que em julho de 98 promoveu um plano de incentivo à aposentadoria, que teve a adesão de 300 funcionários do Estado. As 680 demissões ocorreram nas seguintes regiões do Estado: Curitiba, Região Metropolitana de Ponta Grossa, 450 demissões; Cascavel, 64 demissões; Maringá 80; e Londrina, 86 demissões. Além disso a TELEPAR está fazendo transferências de funcionários do interior, para Londrina e Curitiba, à revelia dos funcionários e sem o conhecimento prévio de seus sindicatos.

Também na Fundação TELEPAR, que tinha 58 funcionários, 36 já foram demitidos.

O que se sabe é que também os restantes serão demitidos nos próximos dias.

A nossa denúncia nessa tribuna se torna mais grave, pois a TELEPAR tem efetuado as demissões de forma autoritária, sem nenhuma discussão com seus trabalhadores.

Mais grave ainda é que em torno de 10% dos demitidos, são funcionários doentes, profissionais prestes a se aposentarem, funcionários aidéticos e que, anteriormente, haviam conquistado a estabilidade no emprego.

A TELEPAR, Senhor Presidente, meus colegas Deputados, não tinha e não tem a necessidade de despedir ninguém, pois os números da empresa evidenciam resultados promissores.

Senão vejamos, o líquido da TELEPAR, no primeiro trimestre, de janeiro a março de 99 foi de 9,5 milhões de reais. No mesmo período, a receita líquida atingiu 225 milhões e o seu patrimônio atinge o valor de um bilhão e 810 milhões de reais.

No seu último balanço divulgado em março de 99 registra-se um resultado positivo, bruto, de 93,26 bilhões, contra de uma despesa financeira de 27,28 milhões.

Diante de tudo isso podemos dizer que a ação de TELEPAR em demitir funcionários é, na verdade, parte de um plano, em que há uma predisposição clara dos nossos governos, em privilegiar as multinacionais, seguindo o cardápio do FMI, em detrimento de todos os trabalhadores deste País. O que nós pensamos é que tudo isso, e aqui no Paraná especialmente, e peço também a solidariedade dos companheiros desta Casa que se faça um movimento em defesa dos trabalhadores do nosso Estado. É este o apelo que faço e é esta solidariedade que nós prestamos aos trabalhadores da TELEPAR.

Sr. Presidente, nós gostaríamos também, em nome da Bancada do PT, ao encerrar, com esta Sessão, este período legislativo, de dizer da nossa preocupação com a situação em que se encontra o Estado do Paraná.

Gostaríamos que neste período de recesso, todos nós Deputados, pudéssemos refletir sobre essas questões, sobre a situação que está acontecendo no Paraná em relação ao MST, em relação a crise financeira do Estado que não tem honrado seus compromissos com os empresários, com os fornecedores, com os funcionários públicos, que nós estamos assistindo, através das notas da imprensa, a dificuldade que o Governo tem para honrar, inclusive a folha de pagamento, deste mês. A nossa preocupação com a situação do PROEM, enfim, nós gostaríamos de deixar aqui, a todos vocês, a nossa preocupação com estas questões que dizem respeito a todos nós paranaenses, e especialmente a nós, Deputados, que estamos aqui para representar a vontade popular.

Que possamos buscar, no entendimento político, que o Governo se sensibilize e possa receber as lideranças de todos os segmentos da sociedade que estão preocupados com essa situação do Paraná. E que possamos voltar, em agosto, mais aliviados, com um novo horizonte, um novo norte para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1522, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, requer, preferência na discussão e votação do projeto de Lei nº 338/99. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 338/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998 e adota outras providências. (FUNREJUS). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 338/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Artigo 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º...

(...)

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e Tabelionatos, observando-se que:

a) os atos que venham a ser praticados pelos órgãos anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo;

b) não estão sujeitos ao pagamento:

1 - os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais;

2 - os atos relativos às cédulas de crédito comercial e industrial;

3 - os loteamentos urbanos e rurais;

4 - os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias;

5 - os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores;

6 - as convenções antenupciais;

7 - os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais);

8 - os registros dos formais de partilha;

9 - os atos sem valores declarados;

10 - os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50;

11 - os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento;

12 - as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná;

13 - as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro;

14 - os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família;

15 - o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público;

16 - a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação;

17 - os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos" de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos);

18 - os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da Lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99.

VIII - 80% (oitenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas;

(...)

XX - as custas decorrentes da aplicação do Artigo 51, § 2º, do Artigo 54, parágrafo único e do Artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9099, de 26 de setembro de 1995;

(...)

XXIV - o produto da arrecadação das custas decorrentes dos atos dos Secretários dos Tribunais de Justiça e Alçada.

(...)

§ 3º - Será de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o valor a ser recolhido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 4º - Para as hipóteses previstas no inciso VII, do Artigo 3º, da lei 12.216/98, será considerado como base de cálculo o valor atribuído pelo órgão fiscalizador competente para a arrecadação do imposto incidente (ITBI e ITCMD).

Art. 2º - O recolhimento do percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento), previsto no inciso VII, do Artigo 3º, da Lei nº 12.216/98, não excederá o valor máximo das custas que forem cobradas, no respectivo ofício, de acordo com o Regimento de Custas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, que criou o Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO SEM PARACERES.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 234/99

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 11498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos Municípios, contratar ações dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social, preferencialmente junto aos órgãos de governo e de captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano regional do Estado do Paraná”.

Parágrafo Único - As contratações mencionadas no Art. 1º e no Inciso VII do Art. 9º da referida Lei, quando não efetuadas junto a órgãos de Governo, deverão ter parecer favorável do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC)”.

Art. 2º - O Art. 9º da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos incisos VII, VII e IX, com as seguintes redações:

Art. 9º -

VIII - Promover o desenvolvimento tecnológico direcionado à melhoria dos aspectos institucionais das municipalidades;

IX - Publicar e divulgar trabalhos tecno-científicos, com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.99

(a) ORLANDO PESSUTI e

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Edgar Bueno, Nereu Moura, Ademir Bier e Edson Strapasson.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1508-B de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente de sessão ante-

rior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Lei nº 234/99. **Aprovado.**

Designo relator o Deputado Valdir Rossoni, para apreciar o Substitutivo Geral de Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passo a dar o meu parecer sobre o Projeto 234/99.

O nosso parecer, Senhor Presidente, é pela constitucionalidade e nada que obste a sua tramitação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Senhores Deputados que aprovam o parecer conservem-se como estão **Aprovado.**

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral do Deputado Orlando Pessuti conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço para registrar voto favorável da Bancada do PMDB à Emenda Substitutiva. Estamos transferindo ao aprovar esse Projeto de Lei, competências da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Instituto Ambiental do Estado do Paraná, da Fundação Araucária e do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia para o PARANACIDADE. Por essa razão votamos favoravelmente a Emenda Substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Emenda rejeitada e projeto aprovado.

O SR. PÉRCILES MELLO (Pela Ordem)

Gostaria de registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 095/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Moradores da Vila Rosa, o lote de terreno, situado no Município de Jacarezinho. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Instituto Gralha Azul, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 098/99

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Gralha Azul, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional João Paulo II, no Município de Guarapuava. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 276/99

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Educacional João Paulo II, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 292/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundação Francisca Machado Ribeiro, com sede e foro no Município de Guarapuava. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas) de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Waldyr Pugliesi, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 223/99

Os prazos tributários devidos, que foram negociados, nos termos da Lei 11.800, de 10 de julho de 1997, não pagos, poderão ser renegociados, através de novos prazos a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, desde que não ultrapassassem os limites da negociação anterior.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Péricles Mello, Irineu Colombo, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

EMENDA ADITIVA DE Nº 02

Inclui Parágrafo Único ao Artigo 1º, do Projeto de Lei nº 223/99.

Parágrafo Único - Os créditos tributários, devidos, já financiados, em decorrência da Lei 11.800 de 10 de julho de 1997, que dispõe sobre a Legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações, poderão ser renegociadas e refinanciadas, nos termos do acordo de parcelamento já celebrado entre as partes, ou através de novos prazos estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 30.06.99.

(a) WALDYR PUGLIESI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ademir Bier, Péricles Mello.

O projeto recebe três emendas e retorna a CCJ.

O Deputado Waldyr Pugliesi retirou a emenda. Esclareço ao Plenário que só na fase de discussão é que são admitidas as Emendas. Na próxima Sessão que apreciará a matéria não serão mais admitidas Emendas.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1560-A de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Waldyr Pugliesi e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 223/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária de hoje, por 03 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 223/99.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Educacional Infantil Meu Primeiro Mundo do Município de Quitandinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/99, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede e foro no Município de Janiópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio, Valorização e Integração do Deficiente Auditivo - A.A.V.I.D.A., com sede e foro nesta Capital... COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Campo Tenente - ASMUCAT, com sede e foro no Município de Campo Tenente. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 182/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Campo Tenente - ASMUCAT, com sede e foro no Município de Campo Tenente, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Alberto Byington Júnior, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 67, de 14.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 315/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Alberto Jackson Byington Júnior, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/99, de autoria da Deputada Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 320/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA

PROJETO DE LEI Nº 320/99

O artigo 1º desta lei, passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a API, Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1513 a 1515, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1558, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma de solicitação.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento de Vossa Excelência, será transmitido na forma de solicitação e não com anuência do Plenário.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Gostaria de encaminhar porque eu fui tomado de surpresa, com a notícia do Jornal do Estado que diz aqui: - DIRETRAN, aceita recursos e cancela 30% das multas.

Nós desse Plenário discutimos por várias vezes, a questão da Indústria da Multa. Nós e todos deputados aqui, fomos questionar se existe ou não existe essa Indústria da Multa.

Então vou fazer uma reflexão, com os dados apresentados pelo Jornal do Estado, no seguinte sentido: se o órgão que emitiu a notificação, que no caso é a DIRETRAN. Se esse mesmo órgão que julga o recurso do motorista que foi notificado, ele contempla 30% das pessoas que foram multadas, significa que há alguma coisa errada no DIRETRAN.

Como é que pode o órgão que emite a notificação, de repente num julgamento cancela, 30%.

Então Senhor Presidente, sobre a minha ótica fica claro, sim, da Indústria da Multa. Porque se o motorista não recorre-se, não fosse lá no DIRETRAN buscar o recurso, ele automaticamente pagaria a multa e teria os pontos na sua carteira.

Por isso, que no meu modo de entender as coisas, penso que a agente de trânsito ao multar erroneamente o motorista ele deve ser punido a bem do serviço público.

Por isso, a minha pergunta ao Prefeito Cássio Taniguchi: - Quantos agentes de trânsito do DIRETRAN, foram demitidos, a bem do serviço público, porque multaram indevidamente, o motorista de Curitiba?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento será encaminhado ao Prefeito Cássio Taniguchi.

Requerimentos nºs 1511 e 1512, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1559, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerimento.**

Requerimentos nºs 1503 a 1506, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1510, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1518, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1520, 1521 e 1523 a 1534, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1535 e 1552, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1536 e 1537 a 1539, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1541 a 1551, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1556, 1557 e 1560, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1496, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de fazer um pedido ao Deputado Antonio Annibelli, se assim ele bem entender, para a retirada do requerimento. Estamos aqui com as solicitações de informações em mãos e eu entrego neste momento.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, será que o Líder do Governo poderia ler a resposta, porque todo mundo ficaria sabendo. Concorro com V.Exa., retiro e gostaria de ler a resposta ao Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Vossa Excelência terá toda a liberdade de fazer a leitura do que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Retirado o requerimento.

Continua a leitura dos requerimentos.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, se V.Exa. permitir, eu gostaria de fazer a leitura das informações trazidas pelo Deputado Rossoni.

Acho que poderíamos mudar a sistemática, neste último dia que encerra o primeiro semestre desta Legislatura, para que os requerimentos que tivessem a resposta prontamente atendida, como esta delicadeza do Líder do Governo, que fosse lida a resposta porque eu acho que um requerimento é protocolado, deveria ser publicado e em sendo publicado, ele se torna público e a resposta tão ágil e tão previdente como o Governo tem respondido à maioria das indagações dos Senhores Deputados, que a resposta não se restringisse apenas ao Parlamentar. E passasse a ser de conhecimento, porque se não todos os requerimentos, a maioria, são retirados todos os dias. E os nossos eleitores, os nossos partidos ficam achando que o Deputado pode ter feito um acerto ou ficar satisfeito, de per si, com a resposta que às vezes é favorável e às vezes não é. Não li ainda. Por isso faço essas primeiras palavras e vou ler a resposta que obtive.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Para justificar. Gostaria de justificar ao Deputado Antonio Annibelli de que nós temos adotado esta prática, fornecendo as informações o mais rápido possível, o seu requerimento adentrou a esta Casa no dia de ontem. Pedimos urgência nos esclarecimentos que V.Exa. requeria e fizemos esta informação o quanto antes possível. Porque poderia ser aprovado seu requerimento e aí levaria 30 dias para que V.Exa. tivesse resposta ao requerimento.

Esta é uma atitude adotada pela Liderança do Governo que eu acho salutar para a rapidez da informação ao deputado requerente. Apenas é esta a posição tomada pela Liderança do Governo desde o dia em que assumimos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O Deputado Rossoni é regimental. O seu requerimento aprovado e enviado ao órgão por não receber as informações em 48 horas, aí sim se tornará público. Agora o Deputado respondeu nas 48 horas. Mas isso não impede que V.Exa. leia as informações.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

(Lê):

“ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Curitiba, 30 de junho 1999.

Senhor Deputado.

Em atenção ao seu pedido verbal, em função do requerimento apresentado pelo deputado Antonio Annibelli, e cumprindo determinação da Senhora Secretária de Estado da Administração, Maria Elisa Ferraz Paciornik, vimos lhe informar que os descontos efetuados em favor da PARANAPREV-IDÊNCIA que estão em conflito com a Lei nº 12556 de 25/05/99 serão creditados em favor dos servidores no mês de julho de 1999.

Essa devolução ocorrerá no mês de julho, em função da Lei nº 12556 e o Decreto nº 989 de 22/06/99 serem concluídos apenas no dia 26/06/99, ocasião em que a Folha de Pagamento do mês de junho de 1999 estar totalmente concluída.

É a informação.

DR. VALDERI VILELA

Assessor Parlamentar da SEAD

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado

NESTA CAPITAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 989

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 item V da Constituição Estadual e considerando a necessidade de regulamentar a isenção da Contribuição Previdenciária de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, aprovada pela Lei nº 12.556, de 25 de maio de 1999 e definir critérios de restituição das contribuições abrangidas, descontadas dos proventos e pensões de maio de 1999.

D E C R E T A :

Art. 1º - Todos os órgãos e entidades, departamentos e setores envolvidos no processamento das folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas de todos os Poderes da administração direta, autárquica, fundacional, inclusive Ministério Público e Tribunal de Contas bem como as instituições de Ensino Superior e Polícia Militar, deverão a partir do mês de julho de 1999, isentar da contribuição previdenciária de que trata a lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, aqueles que se insiram nos seguintes requisitos:

I - os servidores públicos e militares do Estado inativos, bem como os pensionistas estaduais que auferiram proventos ou pensão de até R\$300.00 (trezentos reais) e contem com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

II - os servidores públicos e militares do Estado que contem com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos independentemente do valor dos proventos desde que inativados por invalidez permanente;

III - os pensionistas de servidores e militares que recebam pensão previdenciária decorrente de invalidez permanente e que contem com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos, ficam também isentos da contribuição previdenciária de que trata este artigo.

Art. 2º - Os órgãos referidos no artigo primeiro deverão providenciar a restituição da contribuição previdenciária, retida dos servidores inativos e pensionistas abrangidos pela isenção de que trata este decreto, e que incidiram sobre os proventos ou pensões a partir de maio de 1999.

Parágrafo Único - A restituição de que trata este artigo deverá ser efetivada no pagamento relativo ao mês de junho de 1999 ou no máximo no mês subsequente.

Art. 3º - Os servidores e pensionistas que se enquadrarem nos requisitos da isenção previdenciária de que trata este decreto e que não forem automaticamente contempladas com a mesma, deverão requerê-la junto ao seu grupo de recursos humanos setorial de origem ou diretamente no setor de atendimento aos inativos.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 22 de junho de 1999.

178º da Independência e 111º da República.

JAIME LERNER

Governador do Estado

GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado da Fazenda

RENATO FOLLADOR JÚNIOR

Secretário Especial para Assuntos de Previdência

MARIA ELISA FERRAZ PACIORNICK

Secretária de Estado da Administração

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo"

É uma resposta positiva, Senhor Presidente, porém com 60 dias de atraso no pagamento, e aqueles que não pagaram a luz, a água, o IPTU, que não pagaram suas contas bancárias, aonde está a multa que o governo, por lei é 2%, o governo para dar um exemplo deveria pagar mês a mês, acrescido de 2%, para cobrir as irregularidades do não pagamento do órgão encarregado de fazê-lo a estes funcionários que foram beneficiados por uma lei e que até hoje não está sendo cumprida.

Agradeço a Liderança do Governo, acho que com 60 dias de atraso, porém será refeito, mas a dívida e os compromissos que estes servidores não puderam cumprir, quem será que irá fazer esses pagamentos deste prejuízo que causou aos nossos tão sofridos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Declaro encerrada a presente sessão, do período legislativo.

O início das sessões no próximo período legislativo será dia 02 de agosto, à hora regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, bem como o primeiro Período de Sessões Ordinárias da 1ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura, convocando os Senhores Deputados para o dia 02 de agosto, às 14:30 horas, para a instalação do segundo Período de Sessões Ordinárias da presente Sessão Legislativa.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Orlando Pesutti, Edgar Bueno e Péricles Mello. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, comunicando aos presentes que recebeu um informativo da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais,

relacionado com os gastos do Governo daquele Estado. Informa ainda, que contratou uma assessoria para fazer um relatório com todos os gastos do nosso Governo, e assim que estiver pronto, comunicarei a todos os membros desta Comissão. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator Deputado Edgar Bueno, que faz a leitura do Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado José Maria Ferreira, aproveita para tecer alguns comentários no sentido de contribuir e esclarecer ainda mais o parecer que foi apresentado. O Senhor Deputado Duílio Genari pergunta se não caberia uma emenda usando o índice do ICMS. Esclarecendo que os carros são multados em vários municípios e gostaria que os municípios pequenos também tenham direito a estas receitas. O Senhor Deputado José Maria Ferreira entende que se isto for feito, não se poderia fechar o índice. Esclarece ainda, que

somente as infrações cometidas a nível de Estado é que fazem parte deste projeto. Após os esclarecimentos, este parecer foi APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 194/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator Deputado Edgar Bueno que faz a leitura do parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado Orlando Pessuti esclarece que metade do dinheiro do ICMS ecológico que vai para os municípios, não está sendo aplicado em áreas de reservas indígenas, e o presente projeto garante isso. APROVADO. 03) Projeto de lei nº 104/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por eles, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário